

RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.819 - SP (2018/0251701-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : JAIME GERMAN GARCIA VARGAS - ESPÓLIO
REPR. POR : WILSON GUILHERME BARBOSA GARCIA VARGAS -
INVENTARIANTE
ADVOGADO : ROSANA MALATESTA PEREIRA - SP096368
RECORRIDO : HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA S/A
AGRAVANTE : HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA S/A
ADVOGADOS : CID FLAQUER SCARTEZZINI FILHO E OUTRO(S) - SP101970
MARIANA GUILARDI GRANDESSO DOS SANTOS - SP185038
AGRAVADO : JAIME GERMAN GARCIA VARGAS - ESPÓLIO
REPR. POR : WILSON GUILHERME BARBOSA GARCIA VARGAS -
INVENTARIANTE
ADVOGADO : ROSANA MALATESTA PEREIRA E OUTRO(S) - SP096368

DECISÃO

Cuida de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA S/A**, contra decisão que não admitiu o recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, III, alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 571, e-STJ):

APELAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - COBRANÇA DESPESAS MÉDICO HOSPITALARES Nosocômio autor que não se desincumbiu do ônus de demonstrar fato constitutivo do seu direito, na forma do disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015 Hipótese em que o paciente era empregado do hospital e o atendimento ocorreu em retribuição aos anos de serviço prestados pelo médico - Improcedência em primeiro grau - Recurso da autora desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados pelo acórdão de fls. 617-621, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 623-650, e-STJ), o recorrente aponta violação dos arts. 369, 370, 371, 373, I, 597, 1.017 do CPC/15, 884 e 1997 do CC. Sustenta, em síntese: **a)** que a decisão contraria a prova dos autos; e **b)** a obrigação do espólio quanto ao custeio das despesas.

Contrarrazões às fls. 682-693, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 694-695, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso, dando ensejo na interposição do agravo previsto no artigo 1.042, CPC/15 (fls. 700-729, e-STJ).

Contraminuta às fls. 732-743, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal **não** merece prosperar.

1. No tocante à alegação de ofensa aos arts. 369, 370, 371, 373, I, do CPC/15, aduz o insurgente ter comprovado por meio de provas documentais e testemunhais os fatos constitutivos de seu direito.

Quanto ao ponto, o Tribunal local se pronunciou nos seguintes termos:

A presente demanda versa sobre a cobrança de despesas médico-hospitalares em razão da internação e atendimento do falecido JAIME GERMAN GARCIA VARGAS, no período de 08/10/2014 a 07/11/2014.

Como se vê dos autos, restou incontroversa a internação do paciente no nosocômio autor no período declinado, limitando-se a controvérsia sobre a exigência dos valores pelo hospital, já que a discussão gira em torno de se verificar se teria ocorrido atendimento em retribuição aos serviços prestados pelo médico durante os anos em que laborou para aquele estabelecimento.

Acontece que o Contrato de Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares, Termo de Consentimento Geral e Outras Avenças, não está subscrito pelo falecido, nem por seus familiares.

Nem há prova de que teria o contratante ofertado cheque em garantia dos serviços, expediente que é, normalmente, lançado mão pelos hospitais para garantir o pagamento de eventuais despesas.

Assim, não há como acolher a tese do hospital autor no sentido de que o paciente se internou de forma particular, por sua livre e espontânea vontade.

Ao contrário, tudo indica que o hospital atendeu ao Sr. Jaime, porque este foi empregado do nosocômio, por longos anos, conforme se vê da prova oral coligida.

Some-se a isso o fato de haver o hospital sido acionado na esfera trabalhista, diante da reclamação realizada pelo falecido, como seu empregado, o qual laborou para o reclamado de 1979 a 07/10/2014, na função de médico anestesista, mas sem o respectivo registro do contrato de trabalho em carteira.

Portanto, o autor não se desincumbiu do ônus de demonstrar fato constitutivo do seu direito, na forma do disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015.

Consequentemente, por qualquer ângulo que se analise a causa, outra não pode ser a solução, a não ser a da improcedência da ação. (fls. 573-575, e-STJ)

Como se vê, a Corte local com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu o autor não se desincumbiu do ônus probatório quanto ao fato constitutivo de seu direito.

Dessa forma, para infirmar as conclusões a que chegou o acórdão recorrido acerca da comprovação ou não do direito do autor, seria imprescindível o revolvimento das provas juntadas aos autos, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. RESTITUIÇÃO DE

Documento: 103835345

Página 2 de 6

INDÉBITO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. MAJORAÇÃO DE TARIFA PELAS PORTARIAS 38/86 E 45/86 DO DNAEE. ILEGALIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. 1. Hipótese em que o Tribunal local consignou (fl. 396, e-STJ): "Por ocasião do julgamento do REsp 1.110.321/DF, pela Primeira Seção do STJ, restou pacificado o entendimento de que a majoração da tarifa de energia elétrica estabelecida pelas Portarias do DNAEE 38/86 e 45/86 é ilegítima". 2. Não se configura a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. 3. Não se pode conhecer da irresignação contra a afronta aos demais dispositivos legais invocados, haja vista que não foram avaliados pela instância de origem. Ausente, portanto, o requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF. 4. **Quanto à macula ao art. 373, I, do CPC, bem como às demais teses levantadas no apelo recursal, é evidente que, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, é necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ. [...]** (AgInt no REsp 1735614/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 13/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte. 3. **Na hipótese, quanto à violação dos artigos 373, I, do CPC/2015 e 186, 393 e 945 do Código Civil, não há como rever as conclusões firmadas pelas instâncias ordinárias, para excluir a responsabilidade da recorrente pelos danos morais e estéticos decorrentes do acidente de trânsito, sem a análise dos fatos e das provas dos autos, providência vedada no recurso especial, haja vista o óbice da Súmula nº 7/STJ.** 4. A necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedente. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1268364/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO, RESPONSABILIDADE, ATO ILÍCITO, NEXO CAUSAL, CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO E ILIQUIDEZ DO DANO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A Corte local tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar violação ao art. 489 do CPC/2015. **2. O acórdão recorrido concluiu pela comprovação do fato constitutivo do direito da parte agravada e pela não demonstração de causa excludente da responsabilidade da agravante, consignando a falha na prestação do serviço e a individualização do dano material, sendo desnecessária a liquidação por arbitramento. Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas dos autos, o que é vedado na via especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.** 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1324393/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019).

2. O insurgente, nas razões do recurso especial, aponta violação dos arts. 597, 1.017 do CPC/15, 884 e 1997 do CC, denota-se que o conteúdo normativo dos aludidos dispositivos legais não foram objeto de exame pelas instâncias ordinárias, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração.

Ainda, deixou a parte recorrente de alegar ofensa ao art. 1.022 do CPC/15, **referente aos dispositivos acima mencionados**, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a ocorrência de eventual omissão.

Desta forma, inafastável - à hipótese - a incidência da Súmula 211 do STJ, *in verbis*: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se a correta interpretação da legislação federal. Nesse sentido, precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. [...] **AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.** [...] 2. Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos artigos tidos por violados, mas desde que a tese debatida no apelo nobre seja expressamente discutida no Tribunal de origem. 3. Ausência de alegação de violação do art. 535 do CPC/73 a fim de

que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema. [...] 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 748.582/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 13/05/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] QUESTÕES NÃO DISCUTIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. O conteúdo normativo de todas as normas apontadas como violadas não foi debatido pelo Tribunal de origem, carecendo, no ponto, do imprescindível requisito do prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Dessa forma, mesmo tendo sido opostos embargos de declaração, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deveria a parte, no recurso especial, ter suscitado a violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado. Inafastável, nesse particular, a Súmula n. 211 desta Corte. [...] 3. Agravo improvido. (AgRg nos EDcl no AREsp 740.572/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. [...] 2. A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 211/STJ. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AgRg no AREsp 787.839/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 22/04/2016) [grifou-se]

Com efeito, aplica-se à espécie o teor da Súmula 211 do STJ, ante a ausência de prequestionamento, porquanto os dispositivos apontados como violados não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem foram interpretados pelo Tribunal de origem, ainda que opostos embargos declaratórios.

3. Do exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator